

CONTINUIDADES E RUPTURAS LINGUÍSTICAS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Xoán Carlos LAGARES

Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

A realidade linguística românica já foi definida como um continuum de variedades dificilmente segmentáveis, com amplas áreas de transição e diferenças graduais que se fazem mais visíveis à medida que aumenta a distancia geográfica entre elas. Nessa situação, intervenções políticas, tais como o levantamento de fronteiras ou o estabelecimento de capitais com suas áreas de influência, constituem elementos fundamentais de diferenciação linguística. Abordaremos esses processos de elaboração de línguas (“linguificação”) e de “dialetalização” (Muljačić 1986) na Península Ibérica. Para tanto, faremos referência especificamente aos casos galego-português (ou galego e português), asturo-leonês (ou asturiano e leonês), aragonês, aranês e catalão (ou catalão e valenciano), comparando esses problemáticos processos de linguificação com o do castelhano-espanhol.

ABSTRACT

The romance linguistic reality has been defined as a continuum of varieties hardly segmentable, with large transitional areas and gradual differences that become more visible as the geographic distance between them increases. In this situation, political interventions, such as border settings or the establishment of capital cities with their areas of influence are key elements of linguistic differentiation. We will discuss these processes of language elaboration (linguification) and dialectation (Muljačić 1986) in the Iberian Peninsula. We will show this referring specifically to the cases of Galician-Portuguese (or Portuguese and Galician), Astur-Leonese (or Asturian and Leonese) Aragonese, Aranese and Catalan (or Valencian and Catalan), comparing these problematic linguification processes to the one concerning Castilian-Spanish.

PALAVRAS-CHAVE

Continuum românico, Dialectalização. Línguas iberorromânicas Linguificação,

KEY-WORDS

Dialectalization, Ibero-romance languages. Linguification. Romance continuum.

1. Heterogeneidade românica e comunidades linguísticas

A România já foi descrita em várias ocasiões como um *continuum* sem limites precisos entre variedades. Valentim Rodrigues Fagim (2001), num livro sobre o galego, utiliza uma metáfora certamente esclarecedora para explicá-lo: a dos *continua* climáticos. Se iniciássemos uma viagem medindo as diferentes temperaturas às 9h da manhã a cada 500 km desde Inuvik, no Canadá, até Cartago, na Costa Rica, perceberíamos um aumento gradual que iria dos -14° aos 17°, embora com áreas de ruptura provocada por variáveis diversas (a altitude, os ventos, a proximidade do mar, etc). O *continuum* linguístico existiria de um modo semelhante:

Se mudássemos de rota, por exemplo para uma que percorresse Muros-Nápoles, e também de transporte, agora a pé, e em lugar de medir a temperatura, medíssemos as formas linguísticas por onde fôssemos passando, estaríamos assistindo a um continuum linguístico. Em Muros fariam “quase” igual que em Noia, nesta quase igual que em Padrom... assim até chegarmos a Nápoles. Como no caso das temperaturas, existiriam variáveis que trastornariam umha continuidade perfeita (Fagim 2001:25).

Essas variáveis que rompem o *continuum*, no caso das línguas, estariam relacionadas com aspectos tais como o isolamento de determinadas comunidades, os movimentos migratórios, o estabelecimento de fronteiras políticas ou a constituição de áreas de influência de uma língua escrita, impondo de forma mais ou menos efetiva modelos linguísticos para os falantes de um determinado território.

Em momentos históricos diferentes, diversos critérios poderiam ter sido utilizados para efetuar cortes imaginários nesse *continuum*, criando identidades relacionadas com comunidades de fala estabelecidas em torno a uma aldeia, a um senhorio, a uma corte régia, a uma tradição de escrita, a uma atividade socioeconômica ou a certas funções culturais.

Se só muito recentemente a noção de comunidade linguística vem sendo problematizada, por constituir um dos fundamentos do empreendimento teórico e metodológico da sociolinguística variacionista, podemos imaginar como o seu uso muitas vezes impressionista ou mesmo claramente anacrônico veio a impedir uma visão mais acurada dos diversos panoramas sociolinguísticos ao longo da história. Anteriormente, para a linguística moderna as comunidades eram definidas circularmente em relação com as línguas (e as línguas em relação com as comunidades), de acordo com um intangível “consenso” entre os falantes no uso de determinadas formas linguísticas (Saussure 1972:17). Chomsky, por outro lado, utiliza uma noção idealizada de comunidade, ao serviço de seu próprio construto teórico, que nada tem a ver com o mundo social concreto. Para William Labov (2009), porém, a comunidade linguística não é definida pelo consenso no uso da língua, mas pela “participação num conjunto de normas compartilhadas”, sendo que essas normas “sociais” são observáveis entanto que atitudes e condutas avaliativas. Isto é, para definir a comunidade linguística é preciso levar em consideração a própria “consciência de comunidade” dos seus integrantes. E nesse sentido, como explica Conde Silvestre (2007:176-180), supõe um desafio para a sociolinguística histórica definir as redes sociais que teriam incidência na variação e na mudança em momentos históricos passados.

É preciso compreender também que os contornos das comunidades que teriam dado forma às diversas identidades linguísticas foram mudando ao longo da história, de maneira que resultaria um perfeito anacronismo, por exemplo, identificar “nações”, entendidas em qualquer de seus sentidos atuais, na Idade Média, como costumam fazer, desde o século XIX, muitas histórias das línguas “nacionais”. Como diz o historiador Peter Burke (2010:22), as comunidades reais são complexas e caóticas, e nunca homogêneas, enquanto que as “comunidades imaginadas”, segundo a terminologia proposta por Benedict Anderson (2008), têm limites bem definidos. A escrita tem contribuído poderosamente à formação de consciência linguística e de imaginários comunitários, desde os primeiros textos escritos em “romance”; e no início da Idade Moderna a imprensa foi um elemento fundamental para a criação de comunidades de língua na Europa, pelo menos entre a minoria alfabetizada (Anderson 2008:107-126). Assim mesmo, embora operações de padronização sejam anteriores à Galáxia Gutemberg, a imprensa tem sido um fator fundamental de promoção da codificação formal das línguas.

Diversas teorias explicativas sobre a formação das línguas românicas consideraram o papel preponderante da escrita na construção de identidades linguísticas. Como sabemos, a oposição entre a suposta “unidade latina” e a “diversidade românica” marca muitas das reflexões sobre as origens das línguas românicas após a expansão imperial do latim. Väänänen (2003:56), citando Meillet, afirma esse princípio da “uniformidade da língua latina”, expressa num latim vulgar que teria uma “estrutura geral” basicamente idêntica em todos os lugares. Para explicar a variação local que daria lugar à “fragmentação” das variedades vulgares, o autor finlandês recorre a três tipos de fatores: étnicos, relacionados com as marcas de substrato; sociais, que têm a ver com as diferenças existentes na sociedade romana, dando lugar a diversas variedades (*sermo urbanos, rusticus, plebeius, vulgaris*); e, finalmente, cronológicos, referentes às mudanças que teria experimentado o latim ao longo da história e aos diferentes momentos de romanização de cada

um dos territórios anexados ao Império. Väänänen (2003:61-62), não obstante, não deixa de assinalar a oposição de diversos romanistas à tese da unidade latina, que teria sido, na realidade, sempre fictícia. O filólogo inglês Roger Wright (1989) oferece, partindo dos conhecimentos atuais sobre variação linguística, uma explicação mais pormenorizada do processo de autonomização das variedades românicas, relacionando-o com o desenvolvimento da escrita romance.

Wright (1981:15-77) opõe-se à clássica “teoria das duas normas”, que defendia a coexistência de um latim culto e um proto-romance popular entre os séculos V e IX. Ele defende a existência de uma grande heterogeneidade linguística românica desde os tempos do império e uma progressiva diferenciação entre as variedades orais e a escrita. Assim, na linha do que viemos explicando, a chamada “unidade latina” não seria mais do que a expressão do domínio do latim escrito. Mas as leituras diferentes ao largo da România desse latim escrito teriam ameaçado o próprio papel unificador dessa língua e trazido não poucas dificuldades de comunicação. Isso explicaria a reforma carolíngia do latim, no século X, a procura de uma relação isomórfica entre grafema e fonema, para conseguir que os textos latinos fossem lidos da mesma maneira por toda a parte. Essa “reinvenção do latim” teria provocado como “efeito secundário” o nascimento de uma nova consciência linguística entre os falantes, que não mais reconheceriam a sua língua nessa variedade escrita. Surge assim a necessidade de se escreverem as variedades românicas orais e, afinal, como consequência disso, a criação de novas comunidades linguísticas em torno dessas novas “línguas escritas”.

Como dizíamos anteriormente, a ideia de que são aspectos sociais e representacionais, e não estritamente linguísticos, que permitem delimitar variedades no *continuum* românico já acompanhava de algum modo as mais tradicionais abordagens da romanística. Em sua obra de 1956-1963, *Linguística Românica*, Heinrich Lausberg classifica as zonas da România de acordo com a sua divisão no fim da época imperial, mas quando desenha o quadro da România atual o mesmo autor deve

reconhecer que ele está determinado pelo fato das variedades terem ou não tradição escrita. Esse seria o critério básico para o reconhecimento das línguas, embora não resulte inteiramente suficiente:

São estas: o português, o espanhol, o francês, o grísão (embora sem língua escrita uniforme), o italiano, o romeno. Uma importância relativa como língua escrita tem ainda o catalão. Também o provençal (empregado na Idade Média como língua literária muito viva) é considerada como língua românica particular devido ao seu valor cultural na idade média e por causa das diferenças nítidas que o distinguem do francês, embora pertença, hoje em dia, ao domínio do francês escrito. O critério de língua escrita não é aplicável ao sardo que hoje pertence ao domínio da língua escrita italiana, e ao dálmata: ambas as línguas consideram-se como línguas românicas particulares porque a sua subordinação a uma língua escrita é incompatível com as grandes diferenças que estas línguas apresentam em relação ao italiano (Lausberg 1981:28).

Após romper com esse critério, Lausberg considera que também o retorromano poderia entrar na categoria de línguas românicas. Como explicamos em outro lugar (Lagares 2008, p. 763), o autor alemão exclui o galego da lista das línguas românicas atuais por esta variedade pertencer “ao domínio do espanhol escrito”, embora existisse desde a segunda metade do século XIX uma florescente literatura escrita em galego. Na realidade, se considerássemos o aspecto político da atual noção de domínio linguístico, baseado numa língua escrita que é oficial de um território, ensinada nas escolas e imposta a todos para o exercício dos direitos cidadãos, também o catalão nos anos cinquenta (e ainda hoje, em alguma medida) se encontraria sob o domínio do espanhol escrito...

De acordo com esse critério, como vemos, poderiam ser delimitadas apenas três línguas românicas na Península Ibérica. Esse panorama é o que revela também o mapa do primeiro volume do ALPI (*Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*), publicado em 1962¹:

FIGURA 1: Áreas das línguas peninsulares (ALPI, vol. 1, 1962)



(Fonte: http://atlaslinguisticodelapeninsulaiberica.blogspot.com/2009_04_01_archive.html, acesso em 20 mar. 2011).

¹ O projeto (inacabado) do ALPI, idealizado por Menéndez Pidal, teve uma história conturbada. Foi interrompido por causa da guerra civil espanhola e alguns dos seus pesquisadores tiveram de fugir ao exílio. Um deles, Aníbal Otero, foi preso em Portugal com seus cadernos de transcrições fonéticas e entregue às forças franquistas espanholas, acusado de espionagem. Num primeiro momento chegou a ser condenado a morte, mas logo a pena capital foi comutada para a de prisão, onde permaneceu por cinco anos. Só em 1962 pode ser publicado o primeiro volume do Atlas, mas, diante da impossibilidade de reunir os materiais dispersos após anos de exílio dos pesquisadores do projeto, esse volume acabou sendo o único (Cortés Carreres; García Perales 2009).

Do nosso ponto de vista, resulta muito significativa nesse mapa a disposição dos rótulos com os nomes das línguas ibéricas. O nome *português* abrange todo o território de Portugal e se detém abruptamente na fronteira com a Galiza. O do *castellano* ocupa uma ampla faixa do centro da Península, da Andaluzia até Aragão; enquanto o *català* deve ficar comprimido estritamente no território da *Catalunya*. A proeminência da língua escrita e de seu domínio, que tem a ver, normalmente, com o seu caráter de idioma oficial nesse território, não consegue ocultar o verdadeiro critério político para a identificação das línguas: a relação entre língua e nação, e da nação com o Estado. Nessa composição, a existência do catalão se torna sem dúvida incômoda, e se sustenta no vigor histórico do movimento nacionalista nessa comunidade.

Essa tripartição linguística da Península, por outra parte, coincide, feitas as necessárias ressalvas em relação com as fronteiras, com a que fora proposta pela *Escuela de Filología Española*, inaugurada por Pidal, que falava da existência de um ibero-romance ocidental (galego-português), um ibero-romance central (castelhano-andaluz) e um ibero-romance oriental (catalão-valenciano), como três faixas atravessando o território peninsular de norte a sul, formadas pelo deslocamento populacional propiciado pela “Reconquista” cristã durante a Idade Média.

A realidade linguística da Península Ibérica foi e continua sendo, no entanto, para além destas (talvez necessárias) simplificações categorizadoras, muito mais complexa. Como dizemos, as comunidades imaginadas existem em razão de critérios diversos e em situações diferentes ao longo da história. E, sem dúvida, no passado tanto como no presente, a sua própria existência não está isenta de conflitos, de valorações divergentes e de debates políticos.

2. Línguas e quase-línguas na Península Ibérica

A partir das noções de “línguas asbau” (por elaboração) e “línguas abstand” (por distanciamento) proposta por Kloss (1967), o sociolinguista Zarko Muljačić (1986) explica os processos de construção das línguas no espaço românico como consequência de movimentos padronizadores destinados a realizar cortes no *continuum* linguístico e do desejo de promover determinadas variedades para funções sociais específicas. Veremos, de forma aproximativa e não conclusiva, alguns casos desses movimentos no domínio iberorromânico e as diferentes valorações que provocam.

2.1 Castelhanao-espanhol

Castelhano e espanhol são dois nomes que fazem referência à mesma língua, embora carreguem diferentes sentidos que lhes foram atribuídos ao longo da história. A princípio, a denominação “castelhano” faz referência à origem histórico-geográfica, embora o nome “espanhol” seja mais usado internacionalmente. Hoje, como lembra Calvet (2007:79-80), a Constituição Espanhola usa o nome “castelhano” para se referir à língua oficial do estado, incluindo na categoria de “línguas espanholas” os outros idiomas falados em seu território².

Como explica Moreno Cabrera (2008: 61-103), a historiografia linguística espanhola, desde Menéndez Pidal, vem explicando a passagem de castelhano a espanhol como uma transformação dessa variedade linguística que teria afetado o seu valor intrínseco, fazendo com que o dialeto inicial se transformasse em língua, como produto de uma superioridade estrutural que a teria convertido em “língua comum” de todos os povos ibéricos. E, nesse sentido, não se deve esquecer

² Na realidade, a Constituição utiliza uma fórmula complexa e mista para declarar o castelhano língua oficial, isto é, “espanhol”: “O castelhano é a língua espanhola oficial do Estado”. Essa formulação foi produto de muitos debates no Senado, quando tramitava naquela câmara o texto constitucional (veja-se o relato dessa polémica, através da análise das emendas apresentadas, em Garcia Negro 1991:256-264).

que a palavra “espanhol” procede da denominação romana de toda a Península Ibérica, *Hispaniam*, de maneira que num primeiro momento também englobaria o território de Portugal.

Menéndez Pidal, em *Orígenes del español* (1964), ao explicar a expansão do castelhano situa as suas causas no especial dinamismo do Reino de Castela, assim como no caráter inovador da sua língua.

Castilla, al emanciparse así de la tradición de la corte visigoda tan seguida en León, al romper así con una norma común a toda España, surge como un pueblo innovador y de excepción. Retengamos esta característica que nos explicará la esencia del **dialecto castellano**. Y añadamos una curiosísima coincidencia: Castilla, que, caracterizada por su derecho consuetudinario local, se opone al derecho escrito dominante en el resto de España, es la región que da la **lengua literaria** principal de la Península (Menéndez Pidal 1964, p. 475) [grifo nosso].

Segundo uma metáfora que fez muito sucesso na historiografia linguística espanhola, o castelhano teria avançado para o sul em forma “de cunha invertida”, como uma força linguística “transformadora”, que iria estendendo as suas inovações (ditongação do O e E breves latinos, perda do F inicial, fricativização de -LI-, etc.), cindindo uma grande área anteriormente continua, da Galiza a Catalunha, linguisticamente mais “conservadora” (Menéndez Pidal 1964:489-514).

Amado Alonso (1979:42-46) registra por primeira vez o uso do termo “espanhol” referido à língua num documento anônimo publicado em Lovaine em 1555, *Útil y breve institución para aprender los principios y fundamentos de la lengua española*. Numa gramática publicada no mesmo lugar, também anonimamente, quatro anos mais tarde, em 1559, prefere-se a denominação “lengua vulgar de España” para nomear o castelhano,

por ser esta variedade a mais estendida. Esse tipo de julgamentos dos séculos XVI e XVII vem sendo utilizados para defender o caráter de “língua comum” do espanhol, ou mesmo de “língua nacional”, já a partir deste momento³. Como explico em outro lugar (Lagares, no prelo), o caráter proeminente que ocupa o castelhano, num momento, aliás, em que a corte portuguesa e a maioria dos seus escritores também eram bilíngues, tem a ver com a relevância política do Reino de Castela, sobretudo durante os reinados de Felipe II e III, em tempos da unificação ibérica, e com seus projetos de expansão imperial.

2.2 Galego-português

Do ponto de vista histórico-geográfico existiria entre galego e português exatamente a mesma relação que identificamos entre os termos castelhano e espanhol. O primeiro deles faria referência à variedade de origem (e à que é falada atualmente na Galiza e Castela, respectivamente), enquanto que o segundo estaria relacionado com a dimensão abrangente da “língua literária” e cortesã, primeiro, e oficial de um estado-nação, depois. Ora bem, diferentemente do que aconteceu no âmbito linguístico do castelhano, produziu-se no caso galego-português uma cisão, nas práticas e nas representações, como consequência do levantamento de uma fronteira política entre a Galiza e Portugal.

Na realidade, do nosso ponto de vista, a independência do reino de Portugal, no século XII, não deveu ter uma influência instantânea na ecologia da língua. E durante toda a Idade Média é possível falar, segundo testemunhos indiretos da época, e de acordo com as apreciações de Clarinda de Azevedo Maia, de uma só comunidade linguística em todo o Noroeste da Península Ibérica:

³ Por exemplo em Menéndez Pidal (1931) ou López García (1995).

parece não poder contestar-se a existência, durante o período medieval, sobretudo durante os séculos XIII e XIV, de uma comunidade linguística, de uma unidade linguística fundamental, em toda a vasta zona do Noroeste peninsular que se estendia desde o Douro até ao mar Cantábrico. Isso não exclui, evidentemente, a existência de variações não só de natureza diatópica –entre as duas áreas situadas a norte e a sul do Minho, assim como no interior de cada uma das regiões–, como de carácter diastrático, umas e outras, aliás, inevitáveis em qualquer língua. De facto, qualquer comunidade linguística mais ou menos extensa se caracteriza por uma variabilidade idiomática mais ou menos acentuada, quer de tipo geográfico, quer de carácter sócio-cultural; o que parece, porém, não ser real é a existência de uma comunidade sem variação (Maia 1986:891).

Possivelmente, apenas os séculos XVI e XVII constituem um momento de efetiva mudança no imaginário sobre galego e português. Quando se inicia o processo de gramatização (Auroux 1992) de algumas línguas europeias, as variedades galegas não são contempladas e ficam à margem dessas transformações. Por isso é que Monteagudo (2004:256) considera a seguinte afirmação do gramático português Duarte de Leão em sua *Origem da Língua Portuguesa*, de 1606, a primeira declaração de independência do português a respeito do galego:

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza (Leão 1983:220).

A “cópia” tem a ver com a abundância (“copiosidade”), de vocábulos e expressões, da língua, como consequência das diversas funções sociais em que é usada, e entre essas funções têm uma especial importância as que se realizam através da escrita. A elegância está relacionada com o uso cortesão, que nesse momento histórico, segundo o autor português, deve constituir o modelo para todos os falantes. Na Galiza, a partir de então, e sobretudo no século XVIII, com as políticas centralizadoras dos Bourbon, o galego sobrevive numa situação minorizada. A obrigatoriedade da língua espanhola na administração é, como indica Brumme (2005:946), resultado de um processo paulatino, que culmina com a “Lei do Notariado”, de 28 de maio de 1862, em que se estabelece com total clareza que os documentos públicos deverão ser redigidos em castelhano.

O galego entra na modernidade como uma língua sobretudo rural, falada pelas classes trabalhadoras, numa situação de bilinguismo diglósico e substitutivo, embora continue sendo majoritária na Galiza até a atualidade. No século XIX inicia-se um movimento de reivindicação político-linguístico e um ressurgimento literário que vai conseguir ter expressão legal, no reconhecimento oficial do galego por parte do Estado, só no ano 1939, durante a IIª República Espanhola (vid. Mariño 1998 e Monteagudo 1999). Após a “longa noite de pedra” do franquismo, com a restauração democrática e a aprovação de um Estatuto de Autonomia para a Galiza, são implementadas políticas linguísticas destinadas, a princípio, a recuperar usos e falantes para o galego.

A questão da especial relação histórica entre galego e português nunca deixou de estar no foco do interesse de todos os intelectuais engajados na reivindicação de uma língua galega. Os escritores em galego, que foram alfabetizados em castelhano, utilizam basicamente o sistema gráfico dessa língua, embora seja antigo o debate sobre os grafemas pelos quais deviam ser representados na escrita os fonemas inexistentes em espanhol (a nasal velar, a fricativa pré-palatal surda). Desde o início, é possível perceber a existência de uma tendência mais “populista” (partidária de

simplificar o sistema gráfico) e uma tendência “cultista” (que procurava na tradição medieval e no português a possibilidade de criar um modelo ortográfico de prestígio). Essas duas tendências materializaram-se na segunda metade do século XX (e sobretudo depois dos anos 80) em duas linhas enfrentadas, com visões diferentes sobre o que é ou deve ser o galego: a autonomista e a reintegracionista (vid. Lagares 2010).

2.3 Catalão-valenciano-baleár

A variedade linguística mais oriental da Península Ibérica foi objeto, durante bastante tempo, de uma polêmica que dizia respeito a sua identificação com as modalidades iberorromânicas ou galorromânicas. Para explicar a sua relação com o provençal e com o francês aludia-se não apenas à vizinhança geográfica, mas também ao fato de essas variedades e o catalão terem surgido em territórios que foram romanizados no mesmo momento histórico e à proximidade entre o latim da Catalunha e o da Gália.

A meados do século X começa a expansão dos condados catalães para o sul da Península, ocupando territórios em que eram faladas diversas variedades moçárabes. Em 1137, o conde de Barcelona, Ramón Berenguer IV, converte-se em rei de Aragão. A expansão do território do reino continua até a morte de Jaume I, que conquista Malhorca e Valência aos árabes. Este mesmo rei, no século XIII, dá um importante impulso à escrita em catalão, sobretudo em prosa (dado que a poesia se escreve e canta nesta época em provençal). Entre os séculos XII e XIII, Ramon LLull (1233-1316) escreve já sobre filosofia e teologia em romance catalão, usando uma variedade vulgar para esse tipo de textos muito antes do que em outros territórios da România. Por outro lado, o primeiro livro impresso da Península Ibérica foi escrito em catalão e viu a luz na cidade de Valência, *Les trobes en llaor de la Verge Maria* (1474) (vid. Vallverdú 1981:37-63).

O casamento entre Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1469, constitui o primeiro passo de unificação dos reinos das Espanhas, que do ponto de vista político e administrativo se consolida com o monarca Carlos I, neto dos Reis Católicos. Aquilo que a historiografia catalã costuma denominar de “Decadência” da cultura nessa língua é assim explicado por Moreno Fernández (2005:145):

Antoni Comas señala varios antecedentes que condicionaron lo ocurrido durante los siglos XVI y XVII: la llegada a la Corona de Aragón de la dinastía de los Trastámara, que convirtió al castellano en lengua de las cortes de todos los territorios catalanohablantes, la norma literaria creada por el castellano, que atrajo a escritores de los demás dominios lingüísticos de la Península, la llegada de autoridades de procedencia no catalana, la tendencia creciente a la predicación en castellano, la difusión de los espectáculos teatrales en castellano. No obstante, el catalán siguió utilizándose como lengua de la administración en Cataluña hasta el siglo XVIII.

Em meados do século XIX começa um processo de reivindicação linguístico-cultural denominado “Renaixença”. Esse movimento caminha em paralelo com a tentativa da burguesia catalã de conseguir hegemonia social e política, primeiramente na Espanha e depois, perante o fracasso desse projeto, apenas em seu território. A partir desse momento são dados passos importantes na extensão social da língua e na sua padronização. Os mais relevantes desses logros são devidos ao *Institut d’Estudis Catalans* (1907) e ao trabalho de fixação gráfica e normatização de Pompeu Fabra.

O franquismo freou o processo de recuperação de funções sociais para o catalão, mas a posterior restauração democrática, com o regime autonômico, ofereceu a oportunidade de implementar medidas de proteção e incentivo ao uso do catalão como nunca antes em sua história. É no seio da sociolinguística catalã que surgiu o termo “normalização linguística”, definido por Ninyoles (apud Castillo 2006:226) da seguinte maneira: “aquest terme suggereix posar, o retornar, al seu nivell “normal” una cultura: situar-la en peu d’igualtat amb unes altres cultures, en un mateix pla”. Na realidade, este termo, como reconhece Calvet (2007:32-36), pode adquirir conotações políticas muito diversas, e está claramente relacionado com a ideia mais tradicional de “língua nacional”.

A situação atual dessa mesma língua em Valência (assim como nas Illas Balears) é, no entanto, muito diferente. Nessa comunidade chegou a se constituir recentemente uma espécie de secessionismo linguístico a respeito do catalão, na tentativa de construção de uma “língua valenciana”. Segundo Miquel Nicolás (2006:160-162) há uma série de circunstâncias que explicariam historicamente essa representação do catalão de Valência como língua diferenciada: a configuração do território com uma clara dicotomia entre campo e cidade, e uma dupla atração, em direção a Madri e a Barcelona; a situação fronteiriça do Reino de Valência, entidade soberana dentro do Reino de Aragão; o estreito vínculo das elites valencianas com a monarquia hispânica, e a ausência de um discurso nacionalista; e, por último, o forte contato com o castelhano, que faz com que o processo de substituição linguística esteja nesse espaço muito mais avançado. A estrutura autonômica em Valência favoreceu, alimentada por um claro sentimento anticatalanista, um movimento de criação de uma identidade linguística valenciana. Esse movimento de secessionismo linguístico desemboca, em 1998, na criação de uma *Acadèmia Valenciana de la Llengua*, que tem como objetivo principal iniciar uma padronização independente do catalão de Valência:

L'Acadèmia Valenciana de la Llengua és una institució estatutària de caràcter públic creada per la Generalitat Valenciana i adscrita a Presidència. Té per objecte determinar i elaborar la normativa lingüística del valencià, però no perquè la nostra llengua no tinga tal normativa, ben al contrari, el seu procés de normativització va cristal·litzar ara fa set dècades per mitjà de l'acord ortogràfic denominat *Normes de Castelló*, que l'any 2007 commemorarà el 75 aniversari (AVL, <http://www.avl.gva.es/>, consulta em 7-2-2011).

Em termos de planejamento de *status*, há também grandes diferenças entre Catalunha, Valência e Baleares, no que diz respeito, por exemplo, à presença da língua no sistema educativo, que em Valência e Baleares é quase testemunhal, enquanto Catalunha vem aplicando políticas conducentes a conseguir tornar a sua língua veicular em todos os níveis de ensino.

2.4 Asturiano-leonês-mirandês

Assim como acontece com as outras línguas da Península Ibérica, não é fácil estabelecer limites no *continuum* lingüístico constituído pelas falas asturianas, leonesas e mirandesas, que têm uma mesma origem. Aquilo que Rafael Lapesa (1980:174) chama de “falta de unidade” é uma característica de todas as variedades lingüísticas românicas que na corrida pela “linguificação” foram ficando atrás. O asturo-leonês se estendia por uma faixa de norte a sul, entre as falas galego-portuguesas e castelhanas, com grande influência moçárabe.

Há também diferenças salientáveis no que diz respeito à situação atual destas variedades. O asturiano, ou bable, representa um caso muito significativo de tentativa de *linguificação* com resultados não totalmente satisfatórios. Em 1980 foi fundada uma *Academia de la Llingua Asturiana* com o objetivo de codificar e padronizar essa variedade lingüística:

L'asturianu ye una llingua românica que se fala nel Principáu d'Asturies –comunidá autónoma del noroeste d'España –, anque tamién se caltién, con mayor o menor puxu, en fasteres más aisllaes de Lleón y Zamora, arriendes d'en Miranda del Douro (Portugal), u se fala'l “mirandés”, variedá llingüística del dominiu ástur qu'apocayá tien reconocencia como idioma “oficial” nes tierres de Miranda (*Academia de la Llingua*, apud Kabatek 2006).

Justamente, segundo Kabatek (2006), um dos problemas que enfrenta o asturiano é a pouca demanda de “normalização” e a escassa consciência metalingüística de seus falantes. Nesse contexto, as tentativas de padronização são vistas com desconfiança pelos próprios falantes, que não se identificam com essa nova língua urbana. Por outro lado, a proximidade estrutural com a língua de contato (o castelhano), tampouco favorece a adesão a esse neo-asturiano que, como qualquer padrão normativo, não corresponde a nenhuma variedade sintópica real⁴.

Um dado importante referente ao status dessas variedades asturo-leonesas tem a ver com o modo em que se dá o reconhecimento oficial nos respectivos estatutos de autonomia de seus territórios. Diferentemente do que acontece com o galego, o catalão e o basco, que são declaradas “línguas próprias” nas Comunidades Autônomas em que são faladas (com a exceção do catalão em Valência), o bable em Asturias e o leonês na Comunidad de Castilla y León são reconhecidas como variedades que serão objeto de “proteção”. Desenvolve-se assim a alínea três do artigo terceiro da Constituição Espanhola, que se refere

⁴ Nesse sentido, Kabatek (2006:155) formula a seguinte equação: “Si la distancia (real o sentida) entre la lengua de prestigio tradicional y la nueva lengua urbana es menor que la que existe entre la lengua urbana y las hablas dialectales tradicionales, la identificación con la variedad urbana por parte de los hablantes dialectales tradicionales se hace más difícil”.

não a “las demás lenguas españolas”, mas às “modalidades lingüísticas” da Espanha, enquanto objetos de “especial respeto y protección”.

Em Portugal a variedade correspondente a essas falas recebe o nome de mirandês, e foi descoberta para a comunidade científica por Leite de Vasconcelos em 1882. O estudioso português afirma o seguinte sobre ela:

Onde fica porém o dialecto mirandês? É um ramo do português ou do galego? Os factos já falaram, e em virtude deles pode-se estabelecer que o mirandês pertence ao domínio hespanhol, como próximo do lionês. É inegável porém que o português tem exercido notável influência no mirandês, o que não é de estranhar, porque Miranda pertence politicamente a Portugal (Leite de Vasconcelos 1929, p. 682).

Em 1998 o mirandês é reconhecido oficialmente pela República Portuguesa, numa lei que também declara “o direito a cultivar e promover a Língua Mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da Terra de Miranda”. Esse mesmo documento legal reconhece igualmente o direito à aprendizagem da língua, isto é, a sua introdução como disciplina nos currículos escolares da Terra de Miranda (Ceolin 2002, p. 71).

2.5. Aragonês

O reino de Aragão sempre foi plurilíngue, e chegaram até hoje restos de uma variedade linguística aragonesa, falada em alguns lugares do norte, que deveu ser, segundo Lapesa (1980, p. 176), uma modalidade de transição entre o castelhano e o catalão. Diferentemente do asturo-leonês, o aragonês (ou navarro-aragonês) não se expandiu para o sul com a conquista do Vale do Ebro.

Na atualidade, existe um *Consello da Fabla Aragonesa* e uma *Lei de Luengas*, aprovada em 2009, que reconhece o aragonês e o catalão como línguas próprias e estabelece as zonas em que seriam válidos os direitos sobre cada um dos idiomas, assim como a formação de um *Consello Superior d'as Luengas d'Aragon*. Nessa mesma lei enumeram-se uma série de propostas para a conservação e a promoção das variedades linguísticas dessa Comunidade, que incluem o reconhecimento do direito ao ensino de todas elas como disciplina do currículo escolar.

O *Consello da Fabla Aragonesa* define também esta variedade como uma língua, nos seguintes termos:

L'aragonés ye una luenga romanica u neolatina, ye dizir que esdebiene d'o latín, igual como as atras luengas romanzes (español, francés, catalán, gallego, oczitano, rumano, asturiano, italiano, portugués, romanche, friulano, sardo,...)

Dende fa muito tiempo l'aragonés s'ha considerato una luenga baxa, no so que por os foranos, sino, o que encara ye más grieu, por os propios aragoneses. Ye escusato dizir que a luenga aragonesa, como cualsiquier atra, se puede fer serbir ta toz os empregos que queramos (Consello da Fabla, <http://www.consello.org/>, consulta em 7-2-2011).

Essa definição do aragonês é ao mesmo tempo uma vindicação do seu status de língua, utilizando como argumentos a antiguidade histórica das *fablas* e o conhecimento linguístico contemporâneo sobre a igualdade estrutural de todas as línguas. Do ponto de vista político, como reconhece Calvet (2005:20-21), não é possível afirmar que todos os idiomas do mundo sejam iguais, pois de fato não todos estão preparados para serem usados em todos os âmbitos e para qualquer função social: alguns não têm expressão escrita, ou nunca foram usados em determinados gêneros

discursivos ou carecem de terminologia específica para alguns campos do conhecimento. De qualquer modo, podemos afirmar que as línguas são, pelo menos, “potencialmente iguais”, pois qualquer variedade linguística pode passar a ser usada em novos âmbitos ou para novas funções, após ser submetida a intervenções políticas de planejamento de *corpus* e de *status* (Haugen 1983).

2.6 Aranês

Finalmente, na Catalunha existe ainda, no Vale do Arán, uma variedade do occitano, concretamente do dialeto gascão, conhecida como aranês, e que desfruta de reconhecimento oficial parcial da Generalitat de Catalunya. No Estatuto de Autonomia catalão foi incluído um ponto que reconhece o direito ao ensino do aranês, que será objeto de “especial respeito e proteção”. Existe também um *Conselh Generau d’Aran* e um regimento especial de 1990 que dedica o seu artigo segundo à questão linguística:

1. Er aranés, varietat dera lengua occitana e pròpria d’Aran, ei oficiau ena Val d’Aran. Tanben ne son eth catalan e eth castelhan, d’acòrd tamb er article 3 der Estatut d’Autonomia de Catalonha.
2. Cossent tamb er article 3.4 der Estatut d’Autonomia de Catalonha, er aranés a d’èster objècte d’ensenhament e d’especial respècte e proteccion, e se n’a de garantir er us tant en sistèma educatiu com ena activitat dera Administracion dera Generalitat de Catalonha e es mieis depenents dera CCRTV en territòri dera Val d’Aran.
3. Era Generalitat e es institucions d’Aran an d’adoptar es mesures que s’an de besonh entà garantir eth coneishement e er us normau der aranés e entà possar-ne era sua normalizacion.

4. Era Generalitat e es institucions d'Aran an de velhar pera manutença, era promocion e era difusion dera cultura aranesa (*Conselh Generau d'Aran*, http://www.cultura.conselharan.org/index.php?option=com_content&task=view&id=167&Itemid=123, consulta em 7-2-2011).

3. Fronteiras e domínios linguísticos

Como podemos observar, a constituição de domínios linguísticos está estreitamente ligada ao estabelecimento de “comunidades” que são imaginadas em relação com tradições de escrita ou com realidades políticas, ao mesmo tempo em que, num movimento dialético, a existência dessas comunidades justifica a constituição de tais tradições e realidades político-administrativas. Se isso é assim para as línguas que são oficiais de um Estado (no caso ibérico, o castelhano, o português e, em parte, o catalão em Andorra), não é diferente para as línguas sem Estado. Vejamos exemplos de variedades não oficiais e de fronteira no sistema linguístico histórico galego-português.

A história da variedade de português oliventina representaria um caso paradigmático de “dialeletalização”. Olivença foi município português até 1801, quando foi anexado pela Espanha. Em 1917 o estado espanhol reconhece a nacionalidade portuguesa do município, ao subscrever o Congresso de Viena de 1815, mas não devolve de fato o território, que continua sendo espanhol até hoje. A mudança do panorama sociolinguístico provocou o desprestígio social do português e, conseqüentemente, o progressivo abandono da sua transmissão às novas gerações, sendo falado hoje apenas pela população mais idosa.

Maria de Fátima Rezende Matias (2001: 166), após pesquisa de campo realizada em 2000, conclui que

em consequência da situação de bilinguismo e contacto de línguas vivida no concelho, o português de Olivença apresentava já características peculiares, fruto da interferência linguística do espanhol. Condicionaisismos vários, de teor sociolinguístico, propiciaram uma grande tolerância á influência da língua oficial, constituindo factor determinante a escolarização de matiz exclusivamente castelhano. Na verdade, o desconhecimento do suporte escrito da língua portuguesa contribuiu para o sentimento de inferioridade, relativamente a este instrumento de comunicação, detectado em muitos oliventinos.

Nesse sentido, parece óbvio que só o reconhecimento oficial desses falares e a escolarização em língua portuguesa no município de Olivença provocariam uma mudança substancial na situação sociolinguística, que talvez conseguisse deter o processo de *glotofagia* (Calvet 1993).

O mesmo acontece em outros lugares da fronteira luso-espanhola, na comunidade autónoma da Extremadura, como Herrera, Cedillo e nas povoações do vale do Xiálíma (Carrasco González 2006; Frades Gaspar 2000). Nesses lugares, onde é falada uma variedade galego-portuguesa denominada pelos seus habitantes como “a Fala” ou, de acordo com os topónimos dos três lugares, *valverdeiro*, *lagarteiro* e *mañegu*, iniciou-se recentemente um processo de padronização, auxiliado por pesquisadores da Universidade de Vigo, tomando como referência o padrão gráfico do galego autonómico. A partir desse momento essa variedade passou a ser conhecida na Galiza como “galego extremeño” e um dos seus estudiosos e defensores locais foi escolhido como membro não numerário da Real Academia Galega. Tal intervenção político-linguística tem levantado também algumas acusações de imperialismo contra a Galiza, o que não deixa de ser irónico. Esse tipo de acusações, por outra parte, são antigas

em territórios fronteiriços galego-asturianos, em terras do Entre Eu-Návia, onde é falada uma variedade galega de transição. A Academia de la Llingua Asturiana disputa essas falas com autoridades galegas, aplicando políticas para reconhecer essas variedades de transição dentro da “língua asturiana”. Para isso, por exemplo, aplica sobre elas a norma gráfica e morfológica asturiana e convoca cursos e provas de proficiência em “gallego-asturiano”⁵.

Se não é fácil atingir acordos unânimes sobre a realidade das línguas, mais difícil ainda é gerir essa realidade múltipla e complexa. Mas conhecer as diferentes nuances que apresenta a vida das línguas e de suas variedades talvez seja um primeiro passo para uma melhor vivência da diversidade (ou, pelo menos, convivência na diversidade) linguística.

Referências

ALONSO, Amado. **Castellano, español, idioma nacional**. Historia espiritual de tres nombres. Buenos Aires: Losada. 1979.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

BRUMME, Jenny. **Las regulaciones legales de la lengua (del español y las otras lenguas de España y América)**. In: CANO, R. (Org). **Historia de la lengua española**. Madrid: Ariel, 2005. p. 945-972.

⁵ Em seu site, a Academia asturiana manifesta a sua autoridade política para outorgar a “titulación oficial que s’esixe pra impartir el asignatura de Gallego-Asturiano en Educación Primaria y Secundaria” (http://www.academiadelallingua.com/comun.php?seccion=cursos&id_c=00000005, consulta em 20 mar. 2011).

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

CALVET, Louis-Jean. **Un modèle gravitationnel pour une écologie des langues**. In: CALVET, L.-J.; GRIOLET, P. (orgs.). **Impérialismes linguistiques: Hier et aujourd'hui**. Actes du colloque franco-japonais de Tôkyô (21, 22, 23 novembre 1999). Aix-en-Provence: Édisud. 2005. p. 17-25.

CARRASCO GONZÁLEZ, Juan Manuel. **Evolución de las hablas fronterizas lusoextremeñas desde mediados del siglo XX: uso y pervivencia del dialecto**. Revista de Estudios Extremeños LXII, Número II. 2006. p. 623-635.

CASTILLO, Mónica. **Los discursos de los manuales de sociolingüística catalanes y la normalización: análisis desde los años 80 a la actualidad**. In: CASTILLO LLUCH, M.; KABATEK, J. (eds.). **Las lenguas de España**. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad. Madri – Frankfurt am Main: Iberoamericana – Vervuert. 2006. p. 223-240.

CEOLIN, Roberto. **Um enclave leonês na paisagem unitária da língua portuguesa**. Ianua, Revista Philologica Románica, nº 3, 2002. p. 62-83. Disponível em: <<http://hades.udg.es/romaniaminor/ianua/>> Acesso em: 10 fev. 2011.

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. **Sociolingüística histórica**. Madri: Gredos. 2007.

CORTÉS CARRERES, Santi; GARCÍA PERALES, Vicent (eds.). **La historia interna del Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI)**. Correspondencia (1910-1976). Valencia: Universitat de València. 2009.

FAGIM, Valentim Rodrigues. **O galego (im)possível**. Radiografia de umha regeneração inconclusa. Compostela: Laiovento. 2001.

FRADES, Gaspar. **Vamus a Falal**. Notas pâ coñocel y platical en nosa fala. Mérida: Editora Regional de Extremadura. 2000.

HAUGEN, Einar. **The Implementation of Corpus Planning: Theory and Practice**. In: Covarrubias, J.; Fishman, J. (orgs.). **Progress in Language Planning**. International Perspectives. Haia: Mouton. 1983. p. 269-290.

KABATEK, Johannes. **Requisitos para ser lengua**: el caso del asturiano y de otras modalidades lingüísticas de España. In: CASTILLO LLUCH, M.; KABATEK, J. (eds.). **Las lenguas de España**. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad. Madri – Frankfurt am Main: Iberoamericana – Vervuert. 2006. p. 141-158.

KLOSS, Heinz. **Abstand languages and Ausbau languages**. *Anthropological Linguistics*, 9.7. 1967. p. 29-41.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola. 2009.

LAGARES, Xoán Carlos. **Galego-português e o mito das origens**. In: VILLARINO PARDO, C; TORRES FEIJÓ, E; RODRÍGUEZ, J. L. (eds.). **Da Galiza a Timor**. A lusofonia em foco. Volume I. Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 2008. p. 763-772.

_____. **Identidade e (in)definição lingüística**: galego e/ou português. In: Moita Lopes, L. P.; Cabral Bastos, L. (orgs.). **Para além da identidade**: Fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010. p. 129-149.

_____. **Minorias lingüísticas, normas e mercados.** Uma reflexão a partir do galego. No prelo.

LAPESA, Rafael. **Historia de la lengua española.** Madri: Gredos. 1980.

LAUSBERG, Heinrich. **Linguística Românica.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1981.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Ortografia e Origem da Língua Portuguesa.** Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1983.

LOPEZ GARCIA, Ángel. **La unidad del español:** historia y actualidad de un problema. In M. SECO; G. SALVADOR (coords.), *La lengua española, hoy.* Madrid: Fundación March. 1995. p. 77-87.

MAIA, C. de Azevedo. **História do Galego-Português.** Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1986.

MARIÑO PAZ, Ramón. **Historia da lingua galega.** Santiago de Compostela: Sotelo Blanco. 1998.

MATÍAS, Maria de Fátima Rezende. **A agonia do português em Olivença.** Revista de Filología Románica 18. 2001. p. 42-47.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Sobre España como nación.** El Sol, 27 de agosto de 1931. Disponível em: <<http://www.segundarepublica.com/index.php?opcion=7&id=32>> Acesso em: 20 mar. 2011

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Orígenes del español.** Madri: Espasa-Calpe. 1964.

MONTEAGUDO, Henrique. **Historia social da lingua galega**. Vigo: Galaxia. 1999.

MONTEAGUDO, Henrique. **Martín Sarmiento (1695-1772) perante a lingua e a filoxía portuguesa**. In: BRITO, A. M.; FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (orgs.). **Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa**: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2004. p. 239-273.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. **El nacionalismo lingüístico**. Una ideología destructiva. Barcelona: Península. 2008.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Historia social de las lenguas de España**. Barcelona: Ariel. 2005.

MULJAČIČ, Ž. **L'enseignement de Heinz Kloss** (modifications, implications, perspectives), *Langages* 83. 1986. p. 53-63.

NICOLÁS, Miquel. **Competencias, actitudes y prácticas lingüísticas de la sociedad valenciana contemporánea**. In: CASTILLO LLUCH, M.; KABATEK, J. (eds.). **Las lenguas de España**. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad. Madri – Frankfurt am Main: Iberoamericana – Vervuert. 2006; p. 159-183.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix. 1972.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al latín vulgar**. Madri: Gredos. 2003

VALLVERDÚ, Francesc. **El conflicto lingüístico en Cataluña**: historia y presente. Barcelona: Ediciones Península. 1981.

VASCONCELOS, Leite de. **Mirandês**. Opúsculos. Volume IV. Filologia. Parte II. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1929. p. 679-722.

WRIGHT, Roger. **Latín tardío y romance temprano en España y la Francia carolingia**. Madri: Gredos. 1989.